

**MEMORANDO ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE  
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA  
PARA A COOPERAÇÃO EM TEMAS REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E RURAL TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil

e

o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República da Colômbia,  
os quais sucessivamente e para os efeitos do presente documento serão denominados  
“SIGNATÁRIOS”, considerando:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de  
Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da  
Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972;

A intenção comum de cooperar em prol da segurança e soberania alimentares, da  
nutrição, do abastecimento alimentar regional e do desenvolvimento agrícola sustentável do campo,  
utilizando seu potencial para o benefício dos povos do Brasil e da Colômbia;

O Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2025 da  
Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe (CELAC), elaborado pela FAO, ALADI e  
CEPAL em cumprimento ao estabelecido pelo Plano de Ação CELAC 2014 aprovado durante a III  
Cúpula da CELAC, celebrada na cidade de Belén, Costa Rica, em janeiro de 2015, na qual as Chefas  
e os Chefes de Estado e de Governo dos países membros reafirmaram firme determinação em  
erradicar a pobreza, a fome e a desigualdade na região como requisito indispensável para alcançar o  
desenvolvimento sustentável, por meio da articulação das políticas econômicas, sociais e ambientais  
com a participação integral e equitativa dos cidadãos;

Os resultados dos diálogos estabelecidos entre o Ministro da Agricultura e  
Desenvolvimento Rural da Colômbia e o Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil na visita  
institucional realizada a Bogotá D.C. nos dias 28 e 29 de setembro de 2015, no marco das ações de  
diálogo de políticas para o desenvolvimento rural e apresentação da experiência brasileira de  
agricultura familiar, com o fim de contribuir para fortalecer as políticas e programas institucionais do

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural para a agricultura familiar, o desenvolvimento rural territorial e a construção da paz rural, e em cumprimento do disposto na Lei 1753 de 9 de junho de 2015;

e reconhecendo

A cooperação Sul-Sul como mecanismo internacional utilizado para a criação, intercâmbio e desenvolvimento de capacidades técnicas, experiências e conhecimentos entre os países em desenvolvimento da América Latina, baseada nos princípios de solidariedade e apoio mútuo, sendo uma das modalidades de cooperação com o maior potencial para promover o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades sociais, os SIGNATÁRIOS têm a intenção de promover a execução de ações de cooperação;

Inspirados no desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento e no firme propósito de animar os laços de amizade e solidariedade que regem as relações entre o Brasil e a Colômbia; e

E decididos a trabalhar na construção de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento rural territorial e sustentável do campo e da agricultura familiar;

Que, de conformidade com as leis e regulamentos vigentes em seus respectivos países;

Chegaram ao seguinte entendimento:

## **Artigo I**

### **Objeto**

O presente Memorando de Entendimento tem como objeto definir compromissos entre os SIGNATÁRIOS para avançar na cooperação para o desenvolvimento dos seguintes temas:

- a) Políticas, programas, recomendações normativas e estratégias para o desenvolvimento rural territorial sustentável e da agricultura familiar;
- b) Processos de inovação tecnológica;
- c) Assistência técnica e extensão rural;
- d) Métodos e procedimentos de identificação e registro de agricultores familiares; e
- e) Troca de experiências em políticas de crédito, seguro, financiamento e compras públicas da agricultura familiar.

## **Artigo II**

### **Modalidades de Cooperação**

A cooperação deverá incluir, mas não se limitará a:

- a) Intercâmbio de técnicos, pesquisadores e especialistas em matéria de desenvolvimento agrícola sustentável, agroecologia, e planejamento e políticas públicas para o desenvolvimento rural territorial, os quais prestarão serviços de consultoria e assessoramento no estudo, na preparação e na execução de programas e/ou projetos específicos em matérias relacionadas ao setor;
- b) Elaboração conjunta de programas e/ou projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que se vinculem aos setores agrícola e alimentar;
- c) Elaboração de programas de estágio com a finalidade de realizar treinamento profissional e capacitação de técnicos e de pesquisadores do setor agropecuário, aquícola e florestal;
- d) Coordenação e realização de seminários, workshops, foros, simpósios, reuniões, cursos e conferências, entre os SIGNATÁRIOS com o objetivo de transferir conhecimentos técnicos do setor agroalimentar, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável;
- e) Intercâmbio de informações em matéria agrícola e pecuária e do setor de alimentos;
- f) Definição, de maneira conjunta e coordenada, de programas e/ou projetos de caráter produtivo, científico e de desenvolvimento tecnológico no setor agroalimentar;
- g) Criação e execução de projetos de cooperação para o fortalecimento institucional dos SIGNATÁRIOS.
- h) Apoio ao desenvolvimento das capacidades das equipes técnicas das instituições oficiais com relação ao fortalecimento institucional e às boas práticas na gestão pública das políticas setoriais;

As iniciativas de cooperação que resultem deste Memorando de Entendimento integrarão o plano de ação que será elaborado e negociado posteriormente pelas agências de cooperação internacional de cada governo dos SIGNATÁRIOS responsáveis por coordenar os projetos de cooperação Sul-Sul.

### **Artigo III**

#### **Financiamento, Pessoal e Implementação**

Os programas, projetos e ações específicas preexistentes entre os Signatários poderão contribuir para o desenvolvimento e para a consecução das atividades que derivem do presente Memorando de Entendimento.

Todas as atividades de cooperação em virtude do presente Memorando de Entendimento estarão sujeitas à disponibilidade de fundos e de pessoal. Todas as atividades descritas neste Memorando de Entendimento podem ser implementadas por meio do desenvolvimento de

acordos específicos, programas ou projetos, que deverão especificar, entre outras coisas, os objetivos, acordos financeiros e outros detalhes relativos ao entendimento das partes envolvidas.

#### **Artigo IV**

##### **Solução de Controvérsias**

Qualquer disputa que surja da interpretação e/ou aplicação deste Memorando de Entendimento será resolvida amistosamente mediante consultas ou negociações entre os Signatários. Na hipótese de não ser resolvida por acordo mútuo, a solução de controvérsias se dará por meio dos mecanismos reconhecidos pelo Direito Internacional Público.

#### **Artigo V**

##### **Sigilo e Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual**

Os Signatários devem assegurar que todo uso de direito de propriedade intelectual que possa surgir da aplicação do presente Memorando de Entendimento ocorrerá em conformidade com as leis e com os regulamentos vigentes em suas respectivas nações.

Os Signatários comprometem-se a respeitar o sigilo dos documentos, informações e outros dados recebidos ou fornecidos ao outro Signatário durante o período de implementação do presente Memorando de Entendimento o de qualquer outro acordo adotado em virtude deste Memorando de Entendimento. As disposições do presente Artigo não prejudicaram as leis e os regulamentos vigentes entre os Signatários.

#### **Artigo VI**

##### **Vigência**

O presente Memorando de Entendimento não gera obrigações nem direitos para nenhum dos Signatários. Neste sentido, não cria direitos preferenciais exclusivos, restritivos ou excludentes. Em consequência, não afetará os compromissos assumidos pelos Signatários em outros acordos assinados com terceiros.

Este Memorando de Entendimento permanecerá em vigor por um período de dois (2) anos e será prorrogado automaticamente por um período subsequente de dois (2) anos. Qualquer um dos Signatários poderá denunciar o presente Memorando de Entendimento mediante notificação escrita, dirigida ao outro Signatário, pelo menos sessenta (60) dias antes de seu efeito.

Em conformidade com o acordado, os abaixo assinantes firmam o presente Memorando de Entendimento na cidade de Bogotá, D.C., aos 9 de outubro de 2015, em dois originais, em português e em espanhol, todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá a versão em espanhol.